

## ACTA

### 3<sup>a</sup> Reunião da CTA (Reunião sectorial)

Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e um, pelas 10 horas e 30 minutos, (adiada de 31 JAN 2001), reuniram na DRA Centro – Coimbra os representantes da Comissão Técnica de Acompanhamento no processo da Revisão do Plano Director Municipal de Anadia, nomeada de acordo com o Despacho nº 17687/98, publicado na II Série do DR em 14 de Outubro e Despacho nº 1232/99, publicado na II Série do DR em 25 de Janeiro, dos quais tomaram parte:

- Eng.º Vitor Pereira (Núcleo Operativo de Aveiro – CCRC, Presidente da CTA)
- Eng.ª Alice Azenha (CCRC)
- Eng.º Basso (Sub Director CCRC)
- Dr.ª Alexandra Grego (DRAC)
- Eng.º Godinho (DRABL)
- Prof. Litério Marques (Presidente C.M. Anadia)
- Eng.ª Teresa (C.M. Anadia)
- Eng.º Reis (C.M. Anadia)
- Arq.ª Elsa Lopes (Plural)

A reunião teve início com uma introdução efectuada pelo Eng.º Vitor sobre as orientações que as entidades devem seguir e, conseqüentemente, as equipas, na elaboração dos PMOT's, concretamente, neste caso da revisão do PDM. Fez ainda questão de salientar o desconhecimento da grande maioria das equipas que elaboraram os PDM's da 1ª geração, em termos de definição de perímetros urbanos, tendo originado, na maior parte das situações, perímetros bastante excessivos comparativamente com o aumento demográfico. Assim, as revisões deverão corrigir essencialmente outras questões, nomeadamente regulamentares, pelo que qualquer alteração de espaço rural para urbano tem de estar bem justificada e fundamentada.

Ainda mais uma vez referiu que deveria ter acontecido, no início da elaboração deste plano, um encontro com a CTA para que fossem definidas linhas de orientação para a elaboração das propostas. Assim, ter-se-ia evitado o tipo de propostas apresentado – expansão ao longo das vias, com ligação de perímetros, sobreposição com leitos de cheia, linhas de água, etc..

De seguida, a Eng.ª Alice Azenha passou à identificação da ausência de determinados elementos que deveriam completar a proposta de delimitação dos espaços urbanos apresentada, nomeadamente a identificação, justificação e quantificação de todas as áreas a acrescentar. Por outro lado, criticou bastante a proposta apresentada, em termos urbanísticos, não tendo compreendido porque se deixaram “miolos”, optando-se por expansões ao longo de vias. Mais referiu que “se percebe que as propostas apresentadas correspondem a uma compilação das várias pretensões reunidas, mas que não foram sujeitas a qualquer triagem”. Acrescentou ainda que as Câmaras Municipais, devem aproveitar os conhecimentos e capacidades das equipas.

O Sr. Eng.º Basso procurou esclarecer e sensibilizar a Câmara Municipal de Anadia de que a proposta apresentada era demasiado ambiciosa e não justificada, pelo que deveria ser reformulada, tendo como base um modelo de desenvolvimento para o Município e tendo em conta os princípios estabelecidos pela lei de bases da política de ordenamento do território e do urbanismo e pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, designadamente no que se refere ao n.º 3 do artigo 72.º do DL 380/99, de 22 de Setembro; segundo o qual “A reclassificação do solo como solo urbano tem carácter excepcional sendo limitada aos casos em que tal for comprovadamente necessário face à dinâmica demográfica, ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística”.

O Presidente da Câmara argumentou que relativamente às expansões, estas têm a ver com as expectativas da população, para além de corresponderem a áreas já infra-estruturadas e em grande parte das situações já bastante ocupadas. Quanto aos “miolos”, mais uma vez foi justificado que a população quer os quintais para cultivar/agricultura de subsistência, não existindo qualquer interesse em os edificar.

A Eng.ª Alice referiu que se a Câmara procedesse à abertura de vias nestas áreas, que as intenções mudariam, ou então, que o PDM defina UOPG's.

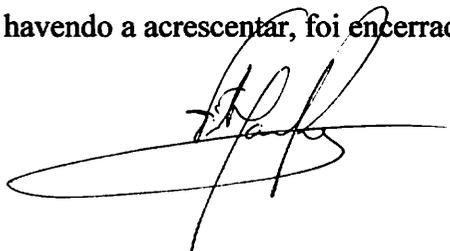
O Eng.º Vitor alertou a Câmara para o facto das zonas classificadas como leito de cheia, não serem passíveis de exclusão da REN. Outras críticas às propostas consistiram na proximidade das expansões às zonas industriais e também aos desfasamentos que se verificam relativos à sobreposição das linhas de água, originados pelo facto da cartografia não ser a definitiva.

Ao longo de toda a reunião, o Sr. Presidente da Câmara argumentou e justificou as propostas, tendo pedido para que não fosse acusada a equipa, uma vez que esta está a trabalhar para a autarquia, procedendo esta de acordo com o que lhe é pedido e com os elementos que lhe são fornecidos.

O Eng.º Godinho sugeriu que a equipa fizesse uma triagem e apresentasse novos desenhos, para que possa dar-se uma discussão mais produtiva.

No final da reunião, ficou definido que a Câmara irá fazer uma revisão da proposta, procurando reduzir os perímetros e onde qualquer alteração de espaço rural para urbano, quer esteja ou não em RAN ou REN, será identificada, quantificada e justificada, após o que se enviarão novos elementos para apreciação das entidades e conseqüente discussão, a ter lugar numa nova reunião a marcar oportunamente.

E nada mais havendo a acrescentar, foi encerrada a reunião pelas 13.00 horas

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, possibly 'A. Basso', written over a horizontal line.